

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2015/2014



BALANÇO PATRIMONIAL, EM 31 DE DEZEMBRO

Em reais

ATIVO

	N.E.	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE		45.635.716,90	38.156.443,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.778.790,10	9.405.074,88
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Caixa	4.a	29.862,78	51.711,39
Conta corrente bancos	4.a	3.432.342,60	2.830.803,38
Aplicações de liquidez imediata	4.b	0,00	2.694.836,09
COM RESTRIÇÃO			
Conta corrente bancos	4.a	197.049,88	11.671,25
Aplicações de liquidez imediata	4.b	3.119.069,87	3.815.429,68
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			
SEM RESTRIÇÃO			
Caixa	4.a	464,97	623,09
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		37.441.851,60	27.470.769,76
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Mensalidades a receber	4.c	7.602.332,26	4.051.617,75
FIES a receber	4.c	19.667.389,57	14.344.432,48
Créditos Educativos Próprios	4.c	806.266,11	1.147.563,69
Títulos a receber	6	7.847.190,54	6.367.835,22
Adiantamentos	7	111.967,31	43.698,39
Outras contas a receber	10	519.207,75	614.327,46
COM RESTRIÇÃO			
Convênios e subvenções	8	10.977,96	17.816,49
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			
SEM RESTRIÇÃO			
Créditos a receber	9	876.520,10	883.478,28
ESTOQUES		1.167.049,43	1.034.865,73
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Estoques unidades	4.e	557.301,49	338.218,70
Estoque almoxarifado	4.e	278.631,57	478.763,38
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			
SEM RESTRIÇÃO			
Estoque CEPA	4.e	331.116,37	217.883,65
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		248.025,77	245.732,86
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			



SEM RESTRIÇÃO

Despesas do exercício seguinte 11 248.025,77 245.732,86

ATIVO NÃO CIRCULANTE		243.535.515,67	234.601.850,93
-----------------------------	--	-----------------------	-----------------------

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		27.953.125,47	29.480.687,24
---------------------------------	--	----------------------	----------------------

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

SEM RESTRIÇÃO

Créditos educativos próprios	12.a	10.348.956,74	11.222.730,04
FIES a receber	12.b	0,00	522.414,20
Depósitos judiciais	12.c	1.809.299,86	1.975.505,04
Contratos a receber	12.d	2.360.010,03	2.568.845,09
Títulos de capitalização	12.e	988.751,54	745.085,57
Processos judiciais a receber	12.f	12.446.107,30	12.446.107,30

IMOBILIZADO		207.296.986,65	199.853.420,10
--------------------	--	-----------------------	-----------------------

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

SEM RESTRIÇÃO

Imóveis	13	94.671.099,32	85.121.994,99
Reavaliação de imóveis	13	100.661.918,92	100.715.461,97
Móveis e utensílios, equipamentos e máquinas	13	49.176.512,07	47.291.288,39
Acervo bibliográfico	13	9.917.289,97	9.672.613,77
Imobilizações em andamento	13	4.114.044,38	8.865.583,45
Veículos	13	1.416.242,27	1.415.912,27
Semoventes	13	172.007,69	172.760,74
Benfeitorias em prédios de terceiros	13	350.996,19	348.788,43
Obras de arte	13	263.202,00	263.202,00
(-) Depreciações acumuladas	13	(55.642.408,11)	(51.353.144,21)
(-) Depreciações acumuladas reavaliação	13	(17.464.736,20)	(16.489.324,19)

COM RESTRIÇÃO

Imóveis	13	5.252.269,47	2.999.335,24
Móveis e utensílios, máquinas e instalações	13	8.177.036,50	3.936.117,90
Imobilizações em andamento	13	2.808.244,63	2.569.265,25
Acervo bibliográfico	13	23.063,32	12.215,28
Veículos	13	108.492,00	108.492,00
Obras de arte	13	6.950,00	6.950,00
(-) Depreciações acumuladas	13	(1.524.233,19)	(777.218,96)

ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL

SEM RESTRIÇÃO

Imóveis	13	4.382.346,74	4.373.768,25
Móveis e utensílios, máquinas e instalações	13	3.020.136,94	3.000.536,14
Acervo bibliográfico	13	7.402,69	7.026,62
(-) Depreciações acumuladas	13	(2.616.960,84)	(2.426.478,78)

COM RESTRIÇÃO

Móveis e utensílios, máquinas e instalações	13	132.683,66	132.683,66
(-) Depreciações acumuladas	13	(116.613,77)	(114.410,11)



INTANGÍVEL		8.285.403,55	5.267.743,59
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Marcas e patentes	13	134.968,23	120.701,73
Programas de informática	13	3.621.488,71	2.809.303,30
Programas de informática em andamento	13	205.801,10	198.649,65
Capacitação Docente - LPG	13	5.936.124,65	3.384.755,36
(-) Amortizações acumuladas	13	(2.088.638,33)	(1.738.643,56)
COM RESTRIÇÃO			
Programas de informática	13	241.572,44	212.280,49
Direitos de uso	13	310.000,71	310.000,71
(-) Amortizações acumuladas	13	(76.624,15)	(30.640,32)
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			
SEM RESTRIÇÃO			
Programas de informática	13	91.063,86	91.063,86
(-) Amortizações acumuladas	13	(90.353,67)	(89.727,63)
TOTAL DO ATIVO		289.171.232,57	272.758.294,16

PASSIVO

	N.E.	2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE			
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Salários a pagar	14	7.201.051,22	7.306.801,54
Impostos, taxas e contribuições	14	6.707.320,57	6.128.472,30
Provisão para férias	14	16.721.849,92	15.769.786,54
Previdência complementar - PREVFUPF BD e CD	14	896.721,68	764.662,09
PREVFUPF Serviço passado a pagar	14	3.844.508,88	3.844.508,88
Fornecedores	14	622.722,41	877.001,26
Adiantamentos de clientes	14	2.716.672,32	4.092.236,91
Instituições financeiras	15	35.965.629,29	20.510.407,06
Outras obrigações	17	1.735.733,62	947.332,28
Receitas diferidas	16	2.945.329,08	2.359.178,85
COM RESTRIÇÃO			
Salários a pagar	14	43.701,66	66.338,12
Impostos, taxas e contribuições	14	15.482,23	28.957,27
Provisão para férias	14	120.825,06	155.639,93
Previdência complementar - PREVFUPF BD e CD	14	320,99	962,64
Fornecedores	14	283.571,77	44.010,10
Verbas de projetos a utilizar	29.b	13.598.031,91	8.876.229,60
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			




SEM RESTRIÇÃO

Salários a pagar	14	202.394,28	184.092,75
Impostos, taxas e contribuições	14	97.340,74	85.397,88
Provisão para férias	14	552.066,97	550.536,08
Previdência complementar - PREVFUPF BD e CD	14	7.950,73	7.111,09
Fornecedores	14	120.549,86	143.157,70
Propet a pagar	14	65.733,58	82.413,09

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		59.423.286,93	69.049.663,33
-------------------------------	--	----------------------	----------------------

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

SEM RESTRIÇÃO

Instituições financeiras	18.a	45.420.396,68	51.725.986,86
Provisão para contingências	18.b	4.062.984,90	3.260.121,25
PREVFUPF Serviço passado a pagar	18.c	8.970.520,72	12.815.029,60
Adiantamentos de contratos a realizar	18.d	76.042,19	532.291,79
Receita Diferida - Doação de bens para investimento	18.e	893.342,44	716.233,83

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	135.282.436,87	130.883.396,87
---------------------------	-----------	-----------------------	-----------------------

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

SEM RESTRIÇÃO

Patrimônio social	20	47.611.893,14	38.208.118,82
Superávit do período	33	4.496.557,06	8.471.038,12
Reserva de reavaliação	22	83.242.448,22	84.232.192,74

COM RESTRIÇÃO

Déficit do período	33	(68.461,55)	(27.952,81)
--------------------	----	-------------	-------------

TOTAL DO PASSIVO		289.171.232,57	272.758.294,16
-------------------------	--	-----------------------	-----------------------

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2015



Maristela Capacchi

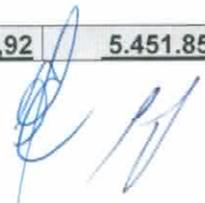
Presidente do Conselho Diretor da FUPF
CPF 440.439.450-00



Amândio Cavalcanti Junior
Contador CRCRS 55439/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Em reais

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO	N.E.	2015	2014
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAL	28	299.922.873,32	279.880.639,89
Receitas de mensalidades escolares sem gratuidade		222.911.361,64	210.766.018,11
Receitas de mensalidades escolares com gratuidade		66.502.766,30	61.449.326,51
Receitas com convênios governamentais	29	1.566.502,20	972.243,17
Outros serviços educacionais		8.942.243,18	6.693.052,10
DEDUÇÕES		(19.184.767,86)	(21.359.355,81)
(-) Devoluções e cancelamentos de mensalidades		(19.184.767,86)	(21.359.355,81)
RECEITA LÍQUIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAL		280.738.105,46	258.521.284,08
(-) CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS		(153.555.721,04)	(147.168.808,06)
SUPERÁVIT BRUTO SERVIÇO EDUCACIONAL		127.182.384,42	111.352.476,02
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(126.079.483,95)	(105.872.671,36)
Despesas financeiras		(18.526.131,06)	(13.668.052,78)
Receitas financeiras		4.407.870,51	4.516.005,77
Despesas gerais e administrativas	32	(18.250.847,00)	(26.760.494,65)
Perdas no recebimento de créditos	4.d	(804.253,96)	(2.113.512,38)
Despesas c/ atividades sociais		(2.019.373,14)	(1.638.708,61)
Despesas c/gratuidade educacional beneficente		(55.883.005,58)	(51.097.171,46)
Despesas c/gratuidade educacional		(10.619.760,72)	(10.352.155,05)
Depreciações e amortizações	13	(6.771.326,12)	(6.181.158,17)
Provisão de férias	4.j	(15.223.069,89)	(14.780.309,11)
Provisão de contingências jurídicas	26	(3.490.055,36)	(7.739.349,71)
Outras receitas operacionais	31	1.100.468,37	23.942.234,79
Despesas com contribuições sociais	40	0,00	44.272.741,44
(-) Imunidade das contribuições sociais	40	0,00	(44.272.741,44)
RECEITAS/DESPESAS COM APLICAÇÃO RESTRITA		(68.461,55)	(27.952,81)
Receitas com subvenções governamentais	29	1.827.743,02	1.815.204,14
Outras receitas		11.036,85	510,41
Despesas com pessoal		(1.008.904,54)	(999.928,36)
Despesas gerais e administrativas		(467.156,32)	(689.986,08)
Despesas de depreciação		(431.180,56)	(153.752,92)
SUPERÁVIT OPERACIONAL EDUCACIONAL		1.034.438,92	5.451.851,85



ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEIS		2015	2014
RECEITA BRUTA ATIVIDADES MEIO SUSTENTÁVEIS	28	8.602.126,39	7.950.524,74
Receitas de serviços		8.602.126,39	7.950.524,74
DEDUÇÕES		(5.629,62)	0,00
(-) Devoluções e cancelamentos		(5.629,62)	0,00
RECEITA LÍQUIDA ATIVIDADES MEIO SUSTENTÁVEIS		8.596.496,77	7.950.524,74
(-) CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS		(4.458.620,86)	(4.297.526,99)
SUPERÁVIT BRUTO ATIVIDADES MEIO SUSTENTÁVEIS		4.137.875,91	3.652.997,75
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(744.219,32)	(661.764,29)
Despesas financeiras		(27.475,72)	(20.700,15)
Receitas financeiras		173,81	0,00
Despesas c/ atividades sociais		0,00	(3.782,80)
Despesas c/gratuidade		(216.479,72)	(214.785,43)
Despesas gerais e administrativas	32	(176.601,68)	(294.443,36)
Depreciações e amortizações	13	(217.288,29)	(219.870,83)
Provisão de férias	4.j	(260.910,20)	(270.282,09)
Provisão de contingências	26	(202.432,70)	(55.397,65)
Outras receitas operacionais	31	356.795,18	417.498,02
Despesas com contribuições sociais	40	0,00	857.898,73
(-) Isenção das contribuições sociais	40	0,00	(857.898,73)
SUPERÁVIT OPERACIONAL ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS		3.393.656,59	2.991.233,46
SUPERÁVIT DO PERÍODO	33	4.428.095,51	8.443.085,31

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2015



Maristela Capacchi

Presidente do Conselho Diretor da FUPF

CPF 440.439.450-00



Amândio Cavalcanti Júnior

Contador CRCRS 55.439.O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldos em 01/01/2014 e saldos em 31/12/2015

Em reais

MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA REAValiaÇÃO	RESULTADO DO PERÍODO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 01/01/2014	33.173.601,19	85.495.872,29	3.738.938,08	122.408.411,56
Superávit do período	0,00	0,00	8.443.085,31	8.443.085,31
Superávit do período anterior	3.738.938,08	0,00	(3.738.938,08)	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	31.900,00	0,00	0,00	31.900,00
Incorporação da reserva de reavaliação	1.263.679,55	(1.263.679,55)	0,00	0,00
SALDOS EM 31/12/2014	38.208.118,82	84.232.192,74	8.443.085,31	130.883.396,87
Superávit do período	0,00	0,00	4.428.095,51	4.428.095,51
Superávit do período anterior	8.443.085,31	0,00	(8.443.085,31)	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	(29.055,51)	0,00	0,00	(29.055,51)
Incorporação da reserva de reavaliação	989.744,52	(989.744,52)	0,00	0,00
SALDOS EM 31/12/2015	47.611.893,14	83.242.448,22	4.428.095,51	135.282.436,87

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2015


Maristela Capacchi
Presidente do Conselho Diretor da FUPF
CPF 440.439.450-00


Amândio Cavalcanti Junior
Contador CRCRS 55439/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

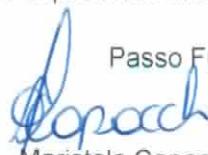
MÉTODO INDIRETO

Em reais

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	4.428.095,51	8.443.085,31
(+) Depreciação e amortização	7.419.794,97	6.554.781,92
(+) Redução/Aumento do patrimônio líquido	(29.055,51)	31.900,00
(+) Perda na alienação de imobilizado	142.752,56	84.297,32
(-) Ganho na alienação de imobilizado	(13.986,33)	(115.928,86)
Geração Bruta de Caixa	11.947.601,20	14.998.135,69
Aumento em mensalidades a receber	(8.532.374,02)	(786.078,36)
Aumento/Redução em outros direitos a receber	(1.438.707,82)	557.919,20
Aumento em estoques	(132.183,70)	(209.718,42)
Aumento em despesas do exercício seguinte	(2.292,91)	(40.153,47)
Redução/Aumento em fornecedores	(37.325,02)	5.512,84
Aumento em obrigações sociais e fiscais	4.847.826,03	8.206.547,00
Aumento/Redução em receitas diferidas	586.150,23	(334.398,47)
Aumento/Redução em outras obrigações	788.401,34	(886.719,21)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.027.095,33	21.511.046,80
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Baixa/Alienação de imobilizado	654.640,90	885.319,66
Baixa/Alienação de intangível	99.221,72	0,00
Investimentos de imobilizado/intangível	(18.763.650,33)	(23.906.071,76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES INVESTIMENTO	(18.009.787,71)	(23.020.752,10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de instituições financeiras de curto prazo	15.455.222,23	7.360.774,94
Diminuição do passivo não circulante	(9.626.376,40)	(12.296.547,48)
Diminuição/Aumento do realizável de longo prazo	1.527.561,77	724.375,66
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.356.407,60	(4.211.396,88)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA/EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.626.284,78)	(5.721.102,18)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INÍCIO EXERCÍCIO	9.405.074,88	15.126.177,06
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL EXERCÍCIO	6.778.790,10	9.405.074,88

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2015


Maristela Capacchi
Presidente do Conselho Diretor da FUPF
CPF 440.439.450-00


Amândio Cavalcanti Junior
Contador CRCRS 55439/O-7

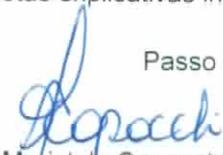
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em reais

	2015		2014	
RECEITAS	290.065.638,41		288.984.039,70	
Vendas de serviços	286.050.912,38		263.980.916,88	
Outras receitas	4.818.979,99		27.116.635,20	
Perda na realização de créditos	(804.253,96)		(2.113.512,38)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	25.996.335,63		35.518.770,69	
Custos de produtos e serviços vendidos	6.558.760,51		6.600.314,99	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	19.437.575,12		28.918.455,70	
VALOR ADIC. BRUTO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	264.069.302,78		253.465.269,01	
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	7.419.794,97		6.554.781,92	
Depreciação e amortização	7.419.794,97		6.554.781,92	
VALOR ADIC. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	256.649.507,81		246.910.487,09	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.162.714,08		6.047.716,55	
Receitas financeiras	4.419.081,17		4.518.714,72	
Aluguéis	1.743.632,91		1.529.001,83	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR:	262.812.221,89		252.958.203,64	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	262.812.221,89	100,0%	252.958.203,64	100,0%
Pessoal:				
Remuneração direta	153.380.772,30	58,4%	150.685.054,66	59,6%
Benefícios	6.830.607,58	2,6%	6.275.105,56	2,5%
FGTS	11.928.341,18	4,5%	11.338.276,37	4,5%
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	66.763,99	0,0%	10.264,63	0,0%
Estaduais	88.329,15	0,0%	34.954,38	0,0%
Municipais	8.425,41	0,0%	10.625,51	0,0%
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	18.486.842,79	7,0%	13.678.488,30	5,4%
Aluguéis	874.797,96	0,3%	818.236,98	0,3%
Gratuidades:				
Gratuidade Educacional Beneficente	55.883.005,58	21,3%	51.097.171,46	20,2%
Gratuidade Educacional	10.836.240,44	4,1%	10.566.940,48	4,2%
Superávit do período:	4.428.095,51	1,7%	8.443.085,31	3,3%

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2015


Maristela Capacchi
Presidente do Conselho Diretor da FUPF
CPF 440.439.450-00


Amândio Cavalcanti Junior
Contador CRCRS 55439/O-7

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014**
(Valores expressos em R\$)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Universidade de Passo Fundo - FUPF é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de educação, conforme o artigo 6º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 62.575/68, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 18.679/67, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n.º 7/67, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social expedido em 10/06/2011 e publicado no Diário Oficial da União em 13/06/2011.

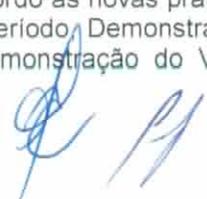
De acordo com o artigo 6º do Estatuto Social, a Fundação tem como finalidade estatutária, na observância do princípio da universalidade e no atendimento de seus objetivos institucionais, oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação; oferecer e desenvolver cursos de pós-graduação "Lato Sensu" e "Stricto Sensu" e outras modalidades previstas em Lei; oferecer e desenvolver a Educação Básica em todos os seus níveis; estimular e desenvolver atividades de pesquisa científico-culturais; oferecer e desenvolver a educação técnica em nível superior, o ensino profissional e profissionalizante; oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social; promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; proporcionar o aperfeiçoamento do homem e da sociedade, através da educação; promover ações de proteção e promoção da família; apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias de colaboração ou instrumentos de ajustes de colaboração ou convênios ou contratos, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos; amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou com vulnerabilidade social, por meio de auxílio financeiro e/ou material nas ações educacionais; constituir, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos técnico-científicos; promover ações beneficentes, filantrópicas no atendimento de seus assistidos e destinatários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social. A Fundação, de acordo com o artigo 7º do seu Estatuto, pode de acordo com suas necessidades, criar, manter atividade-meio, como instrumento de captação de recursos, de suporte financeiro e de sustentabilidade à promoção de suas finalidades institucionais.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2015, a Entidade adotou a Lei n.º 11.638/07, Lei N.º 11.941/09 que alteraram artigos da Lei N.º 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC n.º 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC n.º 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução CFC n.º 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), estabelecendo novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas de acordo as novas práticas brasileiras, destacando-se o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor



Adicionado, comparativos aos valores do exercício de 2014.

NOTA 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Fundação Universidade de Passo Fundo mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Fundação Universidade de Passo Fundo é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam e compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Destacamos como principais práticas contábeis adotadas:

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. No quadro abaixo, a rubrica "Conta corrente bancos" sem restrição na atividade de educação, consta somado o valor de R\$ 813.523,89, referente as contas contábeis 227 e 1164, pertencente ao grupo "Empréstimos p/ capital de giro" do Passivo Circulante cujo saldo apresenta-se devedor na data de 31.12.2015. (R\$ 702.244,48, em 2014 referente à conta contábil nº 1164).

Os saldos de caixa e/ou equivalentes de caixa são compostos pelos seguintes valores:

CONTAS	2015 (R\$)	2014 (R\$)	VARIAÇÃO (R\$)
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO			
SEM RESTRIÇÃO			
Caixa	29.862,78	51.711,39	(21.848,61)
Conta corrente bancos	3.432.342,60	2.830.803,38	601.539,22
Aplicações de liquidez imediata	0,00	2.694.836,09	(2.694.836,09)
COM RESTRIÇÃO			
Conta corrente bancos	197.049,88	11.671,25	185.378,63
Aplicações de liquidez imediata	3.119.069,87	3.815.429,68	(696.359,81)
ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL			
SEM RESTRIÇÃO			
Caixa	464,97	623,09	(158,12)
TOTAL	6.778.790,10	9.405.074,88	(2.626.284,78)



b) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data das demonstrações contábeis.

c) MENSALIDADES A RECEBER/FIES A RECEBER/CRÉDITOS EDUCATIVOS PRÓPRIOS

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, os quais se encontram demonstrados pelos valores contratados, já excluídos os valores baixados como perdas, conforme o descrito no item "d" desta nota. Os créditos educativos próprios referem-se a programas de crédito educativo patrocinados pela própria Fundação, cujo recebimento se dará após a formatura ou desligamento do aluno, obedecendo aos prazos de carência de cada programa.

d) PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) em seu item 14, e ao Parecer de Orientação da CVM 21/90, a Fundação considerou como provisão para créditos de liquidação duvidosa, 100% dos créditos vencidos há mais de 360 dias. A recuperação dos valores de créditos vencidos há mais de 360 dias considerou-se como dedução da referida provisão. No exercício de 2015, a provisão para créditos de liquidação duvidosa contabilizada como despesa foi de R\$ 804.253,96 (R\$ 2.113.512,38, em 2014).

e) ESTOQUES

Conforme a Resolução CFC nº 1.170/09, que aprovou a NBC TG 16 (R1), os estoques foram avaliados pelo custo médio de formação e/ou aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se a materiais de consumo, conservação, manutenção, laboratório, produtos agrícolas e insumos, até a data das demonstrações contábeis. O valor total escriturado como entradas em estoques no exercício de 2015 foi de R\$ 4.966.477,21, e ainda o valor dos estoques escriturados como saídas e em despesas no exercício foi de R\$ 4.834.293,51. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não houve necessidade em constituir provisão tendo em vista não haver evidências que justificassem tal procedimento.

f) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os bens integrantes do ativo imobilizado e intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31/dez./95, deduzidos das depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e utilização dos bens, fixadas por espécie de bens, mencionadas na nota nº 13, conforme Resoluções CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R3) e a CFC nº 1.303/10, que aprovou a NBC TG 04 (R3). Outros gastos são imobilizados apenas quando há uma expectativa de benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes estão registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

As provisões foram reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões foram registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.



i) PRAZOS

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte foram classificados como circulantes.

j) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

Foram provisionadas com base no direito adquirido pelos empregados até a data das demonstrações contábeis.

k) PROVISÃO PARA DÉCIMO TERCEIRO E ENCARGOS

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data das demonstrações contábeis.

l) RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas foram apropriadas obedecendo ao regime de competência.

m) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo acordado em contrato e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado do período.

n) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Perda no recebimento de créditos, Provisão para contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

o) SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DAS ATIVIDADES

As atividades desempenhadas pela instituição foram segregadas em educação e atividade-meio sustentável, evidenciando o patrimônio, as receitas e despesas de cada área de atuação, conforme o que preceitua o art. 33 da lei 12.101/09. Diante desse fato, os grupos de contas do ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante foram reclassificados nos seus respectivos grupos de cada atividade.

p) RECEITAS E DESPESAS DE APLICAÇÃO RESTRITA

As receitas e despesas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, bem como as despesas correspondentes, inclusive as patrimoniais, foram segregadas das demais contas da Instituição, sendo elas classificadas dentro de cada atividade apresentada nas demonstrações contábeis. Esse procedimento está baseado no item 12 da ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12.



NOTA 5. MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R3) – Imobilizado, a Entidade alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este fato, conforme previsão da Resolução CFC No. 1.179/09, que aprovou a NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro é considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo. O valor do montante dos efeitos de períodos subsequentes não foi divulgado, porque a estimativa do mesmo é impraticável.

NOTA 6. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS (TÍTULOS A RECEBER)

Esta conta registra os títulos a receber advindos da prestação de serviços pela Fundação, bem como de renegociações de dívidas de clientes, cujos valores encontram-se excluídos das perdas, conforme o descrito no item "d" da nota explicativa nº4 e possuem seu vencimento até o término próximo exercício, sendo composto de:

TÍTULOS A RECEBER	2015 R\$	2014 R\$
Devedores por duplicata	1.297.908,41	1.201.568,26
Devedores cartão débito/crédito	1.410.599,91	1.187.975,28
Cheques a cobrar	1.092.328,40	915.408,93
Cheques devolvidos	175.200,73	154.557,33
Contratos de confissão de dívida	3.871.153,09	2.908.325,42
TOTAL	7.847.190,54	6.367.835,22

NOTA 7. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS (ADIANTAMENTOS)

Esta conta registra os adiantamentos realizados pela Fundação, para realização de despesas, investimentos, bem como, adiantamento para colaboradores. O saldo em 31/dez. /15 está assim distribuído:

ADIANTAMENTOS	2015 R\$	2014 R\$
Adiantamento de viagem	9.730,00	36.720,00
Adiantamento a fornecedores	99.016,01	3.757,09
Adiantamento de 13º salário	3.221,30	3.221,30
TOTAL	111.967,31	43.698,39

NOTA 8. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS (CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES)

Esta conta registra o saldo a receber pela Fundação referente a projetos em convênio com órgãos governamentais.

NOTA 09. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS (CRÉDITOS A RECEBER)

Esta conta registra os valores a receber advindos da prestação de serviços das atividades meio sustentáveis. Sendo compostos da seguinte maneira:

CRÉDITOS A RECEBER	2015 R\$	2014 R\$
Devedores por duplicata	713.622,74	750.752,62
Aluguéis a receber	143.325,08	108.781,43
PROPET a receber	19.572,28	23.944,23
TOTAL	876.520,10	883.478,28



NOTA 10. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS (OUTRAS CONTAS A RECEBER)

Esta conta é composta por valores a receber de pequeno valor, representados pelo seu valor nominal.

NOTA 11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Esta conta registra os valores a apropriar relativos a despesas cuja competência ultrapassa o exercício de 2015, estando assim distribuídas:

DESPESAS	2015 R\$	2014 R\$
Prêmios de seguros a apropriar	52.561,72	48.263,65
Encargos de contratos de leasing a apropriar	51.258,78	88.800,66
Contratos de suporte a apropriar	144.205,27	108.668,55
TOTAL	248.025,77	245.732,86

NOTA 12. ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo é composto por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente, estando distribuídos da seguinte forma:

- Créditos educativos próprios: referem-se a programas de crédito educativo geridos pela própria Fundação, cujo recebimento se dará após a formatura ou desligamento do aluno, obedecendo aos prazos de carência de cada programa. Os valores estão atualizados até a data das demonstrações contábeis, pelo índice de correção da mensalidade do ano de 2015.
- FIES a receber: Nesta conta consta o valor do Financiamento Estudantil – FIES, do período de 2010 a 2012, que por problemas técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgão gestor deste programa, não puderam ser aditados até o exercício de 2013.
- Depósitos judiciais: referem-se a depósitos efetuados pela Fundação, para dar recurso a processos trabalhistas e cíveis, cujos valores estão atualizados monetariamente até a data das demonstrações contábeis.
- Contratos a receber: referem-se a contratos de confissão de dívida celebrados com alunos inadimplentes.
- Títulos de capitalização: referem-se a títulos de capitalização contratados com instituições financeiras e estão contabilizados pelo valor de aquisição.
- Processos Judiciais a Receber: refere-se a precatório nº 5009235-91.2104.404.7104, em favor da Fundação Universidade de Passo Fundo, contra a União – Fazenda Nacional, originado pelo êxito no processo judicial nº 2000.71.04.004538-2, transitado em julgado em, 24/04/2014, referente a repetição de indébito do PIS Folha de Pagamento, recolhido no período de 2000 a 2005. A Previsão de recebimento deste crédito é de final do ano de 2016.

NOTA 13. ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis foram contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Deliberação CVM nº. 583/2009, Deliberação CVM nº 644/2010, Resoluções CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R3) e CFC nº 1.303/10, que aprovou a NBC TG

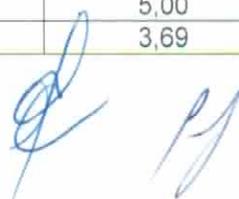


04 (R3).

No ano de 2009, a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens do imobilizado e intangível e assim se enquadrando na legislação vigente. A metodologia utilizada segue os princípios aprovados pela Deliberação CVM 527, de 01.11.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, bem como, as Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimentos Gerais; ABNT nº 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 – Máquinas e Equipamentos e Outros Bens.

Em 2009, foi contratada a empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais LTDA, especializada para elaboração de laudo técnico sobre a determinação da vida útil dos seus bens móveis e imóveis, cujas taxas de depreciação foram alteradas, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição da Conta	Taxa Depreciação Anual (Residual)	Vida remanescente (média em ano)
Acervo bibliográfico	16,3%	9,07
Acervo bibliográfico recebidos em doação	9,9%	10,05
Acervo de multimídia	29,8%	3,35
Benfeitorias	2,2%	42,04
Bens em andamento – Arrendamento mercantil	14,9%	5,88
Bens em arrendamento	12,9%	7,59
Calçamentos e passeios	2,8%	35,45
Capacitação de pessoal docente (titulados)	29,8%	1,60
Capacitação pessoal docente (licenciados)	52,1%	2,06
Equipamentos de informática adquiridos arrend. mercantil	20,1%	5,00
Equipamentos de laboratório	10,4%	7,08
Equipamentos de processamento de dados	22,7%	5,45
Equipamentos e motores	9,4%	8,18
Equipamentos e motores recebidos em doação	0,0%	7,10
Equipamentos laboratório recebidos em doação	5,3%	7,73
Equipamentos para laboratório – Unisul	0,0%	3,73
Equipamentos de informática recebidos em doação	18,5%	5,45
Implementos agrícolas	6,5%	6,07
Instalações de rede elétrica	8,8%	9,45
Instalações de rede fibra-ótica	14,0%	4,92
Instalações de rede telefônica	24,6%	3,98
Máquinas agrícolas	7,3%	9,05
Máquinas de escritório	30,8%	8,03
Máquinas para escritório – Unisul	0,0%	5,90
Móveis e utensílios adquiridos por arrendamento mercantil	11,1%	9,00
Móveis e utensílios	13,6%	6,92
Móveis e utensílios – Unisul	0,0%	4,88
Móveis e utensílios recebidos em doação	9,7%	11,32
Prédios	1,8%	52,68
Reavaliação benfeitorias	2,8%	42,04
Reavaliação calçamentos e passeios	2,8%	35,45
Reavaliação prédios	1,8%	52,68
Reavaliação rede elétrica	12,6%	9,45
Semoventes	36,7%	1,76
Softwares	24,0%	1,23
Softwares adquiridos por arrendamento mercantil	20,0%	5,00
Softwares recebidos em doação	20,0%	5,00
Veículos	21,7%	3,69



Obs.: A taxa de depreciação anual (residual) e a vida remanescente média referem-se à média aritmética de cada espécie de bens classificadas nas diversas contas contábeis correspondentes.

As novas taxas de depreciação apresentadas no laudo técnico foram calculadas considerando a vida útil estimada dos bens existentes na data base de 31/out. /09 e seu valor residual.

Para o ano de 2015 foram adotadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas nos anos de 2009 a 2014, tendo por base laudo técnico elaborado pela própria instituição, onde se concluiu que as taxas utilizadas estão de acordo com a realidade patrimonial da Instituição.

Em 2015, foi realizado estudo sobre a possibilidade de registrar a capacitação docente como ativo intangível, tendo como base o Pronunciamento Técnico 04 – CPC 04, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38, que define o tratamento contábil dos ativos intangíveis, além da política institucional de capacitação docente, onde se chegou a conclusão final que este tipo de gasto pode ser considerado como ativo intangível. Diante disso, os valores realizados com a capacitação docente foram contabilizados no ativo intangível, a partir do ano de 2014.

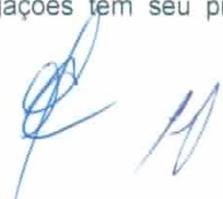
Quadro Demonstrativo do Imobilizado e Intangível em 31/12/2015 e 31/12/2014

IMOBILIZADO	31/dez./15 (R\$)	Adições (R\$)	Transf. (R\$)	Baixas (R\$)	31/dez./14 (R\$)	Adições (R\$)	Transf. (R\$)	Baixas (R\$)	31/dez./13 (R\$)
Imóveis	104.305.716	409.334	11.448.614	47.330	92.495.098	1.502.860	-3.876	52.709	91.048.824
Reavaliação de Imóveis	100.661.919	0	-39.210	14.333	100.715.462	0	-8.124	0	100.723.586
Móv. Utensílios, Equip. e Máq.	60.506.370	6.824.634	-632.484	46.406	54.360.627	9.144.972	-587.620	261.261	46.064.536
Acervo Bibliográfico	9.947.756	260.640	0	4.740	9.691.856	1.039.500	0	16.243	8.668.599
Imobilizações em andamento	6.922.289	7.478.536	-11.532.274	458.821	11.434.849	7.303.822	-3.579	423.478	4.558.084
Veículos	1.524.734	330	0	0	1.524.404	348.651	-240.338	25.607	1.441.699
Semoventes	172.008	101.310	-5.255	96.808	172.761	76.116	-1.106	74.389	172.140
Benefitorias prédios terceiros	350.996	2.208	0	0	348.789	26.933	0	0	321.856
Obras de arte	270.152	0	0	0	270.152	0	0	0	270.152
(-) Depreciação acumulada	-59.900.216	-5.984.896	755.932	0	-54.671.252	-5.336.366	844.643	0	-50.179.528
(-) Depr. Ac. reavaliação	-17.464.738	-980.090	4.678	0	-16.489.326	-988.338	0	0	-15.500.988
Total	207.296.987	8.112.005	0	668.439	199.853.421	13.118.148	0	853.687	187.588.960

INTANGÍVEL	31/dez./15 (R\$)	Adições (R\$)	Transf. (R\$)	Baixas (R\$)	31/dez./14 (R\$)	Adições (R\$)	Transf. (R\$)	Baixas (R\$)	31/dez./13 (R\$)
Marcas e Patentes	134.968	15.609	0	1.342	120.702	16.369	0	0	104.333
Programas de informática	3.954.126	900.779	-58.153	1.149	3.112.648	1.016.232	0	0	2.096.416
Direitos de Uso	310.001	0	0	0	310.001	0	0	0	310.001
Progr. Informática andamento	205.801	7.151	0	0	198.649	45.863			152.786
Capacitação Pessoal Docente	5.936.125	2.763.120	-52	211.699	3.384.755	3.384.755	0	0	0
(-) Amortização Acumulada	-2.255.616	-454.809	58.204	0	-1.859.012	-230.043	0		-1.628.969
Total	8.285.404	3.231.850	0	214.190	5.267.744	4.233.177	0	0	1.034.567

NOTA 14. PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal e representa o saldo de obrigações com fornecedores, fiscais, trabalhistas, tributárias, bem como obrigações com alunos, instituições financeiras, plano de previdência complementar, planos de saúde e provisões sociais. Essas obrigações têm seu prazo de vencimento até o término do exercício seguinte.



NOTA 15. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Financiamentos contraídos em moeda nacional, destinada à aquisição de ativo fixo, capital de giro, amortizáveis em parcelas mensais e consecutivas. Em garantia foram oferecidos avais de diretores, hipoteca de imóveis e alienação fiduciária dos bens adquiridos.

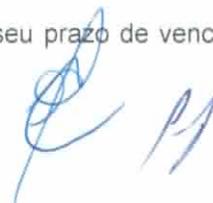
INSTITUIÇÃO	CONTRATO	ENCARGOS	CURTO PRAZO (R\$)	LONGO PRAZO (R\$)	TOTAL (R\$)	TÉRMINO
Capital de Giro						
Banco Banrisul S.A.	30105681000004	0,25% a.m. + CDI	6.200.000,00	12.400.000,08	18.600.000,08	14/12/2018
Banco Banrisul S.A.	30104081000002	0,25% a.m. + CDI	3.832.838,63	2.142.857,16	5.975.695,79	20/06/2018
Banco Banrisul S.A.	30104081000007	0,50% a.m. + CDI	6.322.308,43	8.750.000,00	15.072.308,43	20/02/2018
Banco Banrisul S.A.	30302211000002	0,55% a.m. + CDI	118.099,90	147.624,90	265.724,80	28/03/2018
Banco HSBC S.A.	0155-15793-12	0,29% a.m. + CDI	6.059.143,48	2.000.000,00	8.059.143,48	17/04/2017
Banco do Brasil S.A.	409.000.984	0,21% a.m. + CDI	2.357.142,86	9.232.142,86	11.589.285,72	20/11/2020
Banco Santander S.A.	3418300000003870	0,25% a.m. + CDI	2.000.000,00	5.000.000,00	7.000.000,00	12/06/2019
Banco Santander S.A.	3418300000004860	0,25% a.m. + CDI	6.545.454,55	0,00	6.545.454,55	20/12/2016
BNDES						
Banco Banrisul S.A.	011310800040011	4,50% a.a. + TJLP	52.100,96	0,00	52.100,96	15/01/2016
Banco Santander S.A.	60088068-1	4,20% a.a.	1.286.564,68	3.761.005,92	5.047.570,60	15/12/2019
FINAME						
Banco Banrisul S.A.	12/01273	5,50% a.a.	257.323,73	191.395,02	448.718,75	15/09/2017
Banco do Brasil S.A.	40/01285-9	3,00% a.a.	231.500,00	0,00	231.500,00	15/08/2016
Banco do Brasil S.A.	40/00972-6	8,70% a.a.	114.372,43	28.064,10	142.436,53	15/03/2017
Banco do Brasil S.A.	40/00939-4	8,70% a.a.	289.505,09	189.098,53	478.603,62	15/08/2017
Banco do Brasil S.A.	40/01646-3	6,00% a.a.	8.972,59	79.121,93	88.094,52	15/01/2025
Banco do Brasil S.A.	40/01667-6	6,00% a.a.	12.629,43	111.368,61	123.998,04	15/01/2025
Banco do Brasil S.A.	40/01647-1	6,00% a.a.	39.015,35	344.044,65	383.060,00	15/01/2025
Banco do Brasil S.A.	40/01663-3	6,00% a.a.	67.134,65	592.005,35	659.140,00	15/01/2025
Banco do Brasil S.A.	40/01279-4	2,50% a.a.	55.712,40	88.211,45	143.923,85	15/07/2018
Banco Santander S.A.	60087514-01	7,50% a.a.	65.635,13	292.374,87	358.010,00	15/01/2021
Banco Santander S.A.	60046897-01	3,00% a.a.	50.175,00	71.081,25	121.256,25	15/05/2018
TOTAL - 2015			35.965.629,29	45.420.396,68	81.386.025,97	
TOTAL - 2014			20.510.407,06	51.725.986,86	72.236.393,92	

NOTA 16. RECEITAS DIFERIDAS

Conforme MP 449/08, no seu artigo 299-B, atual Lei 11.941/09 e Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG13), estes valores classificados anteriormente no grupo Receitas de Exercícios Futuros, foram transferidos para o Passivo Circulante, conta Receitas Diferidas que engloba as receitas de mensalidades de 2016 e 2015 recebidas antecipadamente, sendo que já estão deduzidos os custos e despesas correspondentes.

NOTA 17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta conta compreende as obrigações registradas pelo seu valor nominal e têm seu prazo de vencimento



até o término do exercício seguinte, estando distribuídas em:

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2015 R\$	2014 R\$
Repasso de bolsas de estudos	324.978,35	292.211,20
Venda antecipada de créditos	1.134.876,72	451.360,24
Credores diversos	275.878,55	203.760,84
TOTAL	1.735.733,62	947.332,28

NOTA 18. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo está composto por obrigações, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente e estão assim discriminadas:

a) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As obrigações com instituições financeiras de longo prazo estão discriminadas na nota explicativa nº 15 e perfazem o total de R\$ 45.420.396,68 em dez/2015, (R\$ 51.725.986,86 em dez/2014).

b) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

De acordo com a Assessoria Jurídica da Instituição, as contingências trabalhistas prováveis de desembolso, cuja previsão de liquidação será após o exercício de 2015, totalizaram na data das demonstrações contábeis R\$ 3.537.500,00, (R\$ 2.614.200,00, em 2014). As contingências trabalhistas possíveis de perda totalizam na data das demonstrações contábeis R\$ 1.348.200,00 (R\$ 3.409.700,00, em 2014). Da mesma forma, as contingências cíveis prováveis de desembolso, foram provisionadas pelo valor de R\$ 525.484,90 (R\$ 645.921,15, em 2014) e as contingências cíveis possíveis de desembolso perfazem o valor de R\$ 5.370.084,59 (R\$ 2.664.447,36, em 2014).

c) PREVFUPF SERVIÇO PASSADO A PAGAR

Esta conta refere-se ao débito atualizado, de longo prazo, do Plano de Previdência Complementar, que tem vencimento final em 15/maio/19, no valor de R\$ 8.970.520,72 (R\$ 12.815.029,60, em 2014).

d) ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS A REALIZAR

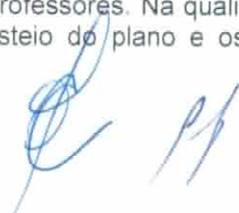
Os adiantamentos de contratos a realizar, no valor de R\$ 76.042,19 (R\$ 532.291,79 em 2014), referem-se a valores relativos correspondentes à cessão de direitos sobre a folha de pagamento durante o prazo de realização do contrato, cujo vencimento final é 12/mar./2016.

e) RECEITAS DIFERIDAS – DOAÇÕES DE BENS PARA INVESTIMENTO

As subvenções e doações recebidas, no valor de R\$ 893.342,44 (R\$ 716.233,83, em 2014), representadas por ativos não monetários foram contabilizadas no passivo circulante de longo prazo, cujo reconhecimento será realizado como receita durante a vida útil desses ativos, conforme Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

NOTA 19. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Fundação é patrocinadora do PREV FUPF, plano de previdência privada de benefício definido, que tem por finalidade principal assegurar a prestação do plano previdenciário de benefícios complementares, semelhante aos concedidos pelo sistema previdenciário aos seus funcionários e professores. Na qualidade de patrocinadora, a Fundação contribuirá com uma parcela mensal de 1/3 custeio do plano e os 2/3 restantes serão integralizados pelos participantes.



O regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, com benefícios definidos e a Fundação contribuirá mensalmente com a taxa de 2,809%, da folha de salários de seus participantes, excluídos os encargos sociais.

A Fundação também é patrocinadora do PREV FUPF CD, plano de previdência privada de contribuição definida, tendo a mesma finalidade do plano PREV FUPF. Porém, neste plano a Instituição contribui com percentuais de 1%, 1,5% e 2% dependendo do tempo de plano de cada participante, que contribui com um percentual mínimo de 2%.

As contribuições relativas ao tempo de serviço passado, a valor presente em 31/dez./15, é de R\$ 12.815.029,60 (R\$ 16.659.538,48, em 2014). Está sendo amortizada em 53 meses restantes, já observada a carência de 15 meses, com prestações atualizadas de acordo com a variação do INPC e juros de 6% a.a., com sistema de amortização SAC.

NOTA 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado superavitário do exercício, no valor de R\$ 4.428.095,51, da Reserva de Reavaliação e de ajustes de exercícios anteriores.

NOTA 21. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foram registrados os seguintes ajustes de exercícios anteriores:

1. Em set/14 foi lançado em ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ 31.900,00, referente ao lançamento feito indevidamente em 03/12/2013, como manutenção de software, quando tratava-se de ativo intangível.
2. Em dez/15 foi lançado em ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ 29.055,51, referente ao lançamento feito indevidamente em 03/02/2014, como receita de juros do referido ano, quando tratava-se do período de 2014 a 2019.

NOTA 22. RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Conforme Lei 11.638/07, art. 6º e Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) as contas que abrigam essas reavaliações efetuadas sobre bens do ativo, terão seus saldos mantidos até a sua efetiva realização, através da venda de bens, depreciação ou amortização. Em respeito ao Regime de Competência estes valores estão sendo realizados mensalmente. Os bens foram reavaliados em data inferior ao exercício social de 31.12.2008.

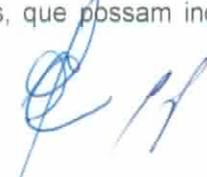
A entidade, no ano de 2004, realizou reavaliação sobre seus ativos imóveis, proporcionando um aumento no Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido de R\$ 100.832.662,65.

No ano de 2006, foi realizada a reavaliação dos imóveis dos campi de Casca e Soledade, os quais foram incorporados ao patrimônio da Instituição, após a reavaliação realizada em 2004, o que proporcionou um aumento do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido de R\$ 516.210,27.

O efeito no resultado do período de 2015, oriundo das depreciações sobre a reavaliação, foi de R\$ 989.744,52 (R\$ 1.263.679,55, em 2014).

NOTA 23. REDUÇÃO DE VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar



deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Deliberação da CVM nº 527, Resolução CFC nº 1.292/10 que aprovou a NBC TG 01 (R3). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de receita, caixa, crescimento e retorno de investimentos dos últimos três exercícios sociais, ou seja, 2012, 2013 e 2014, mais o exercício de 2015 e projeções futuras para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Concluímos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está à menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário realizar lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 24. AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento a Resolução CFC nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes, (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação, descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas, (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova a NBC TG 12.

NOTA 25. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

No ano de 2015, a Fundação não realizou contratação de financiamento de bens através do arrendamento mercantil financeiro.

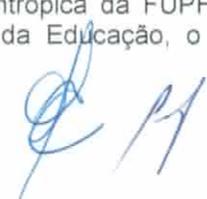
NOTA 26. PASSIVOS CONTINGENTES

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 (R1), e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais, trabalhistas, cíveis e tributários, que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança da perda desses valores, constituímos provisão, conforme demonstrado na nota explicativa 18.b.

NOTA 27. RESPONSABILIDADES CONTINGENCIAIS

A Fundação Universidade de Passo Fundo vinha, ao longo dos anos, acumulando um passivo tributário de expressão, especialmente quanto a contribuições previdenciárias, através de auditorias da RFB. Esses créditos/débitos, quando objeto de execuções fiscais da União, foram contestados através de Embargos de Devedor. De outra parte, também foram propostas ações judiciais próprias, declaratórias, através da assessoria jurídica, sendo a mais importante a Ação Declaratória consubstanciada no Processo Nº. 2001.71.04.003218-5, a qual, em agosto de 2012, com rejeição desse Recurso Extremo, decisão do Min. Dias Toffoli resultando no trânsito em julgado em favor da FUPF.

Nesse entretempo, o Certificado de reconhecimento da condição de Entidade Filantrópica da FUPF, foi sendo renovado sistematicamente e a cada triênio, inclusive junto ao Ministério da Educação, o que



corresponde ao triênio de 2009/2011, (ref. relatório de atividades de 2006/2008), de acordo com o processo administrativo nº 71.010.004943/2009-87. Correspondendo ao triênio 2013, 2014 e 2015, houve em 20/06/12 o protocolo nº 23000.009827/2012-26, e correspondendo ao triênio 2016, 2017 e 2018, o expediente foi enviado em 04/09/2015.

No ano de 2015, houve a extinção da totalidade dos processos que abrangiam valores junto a Previdência Social, com origem em obrigações a TERCEIROS (Salário Educação, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA), referidos em relatórios anteriores.

NOTA 28. RECEITAS

Em atendimento a Resolução do CFC Nº 1.412/2012 que aprova a NBC TG30, as receitas da Fundação oriundas das atividades fim de prestação de serviços educacionais, conforme art. 6º do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional determinada pela Lei nº 9.870/99 e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas, como as da área educacional e meio sustentáveis, conforme art. 7º do Estatuto Social também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada atividade/categoria de receita reconhecida durante o período:

RECEITAS	2015 R\$	2014 R\$
Receita com atividades educacionais – sem restrição	299.922.873,32	279.880.639,89
Receita de aplicação restrita – educação	1.838.779,87	1.815.714,55
Receita com atividades meio sustentáveis – sem restrição	8.602.126,39	7.950.524,74

As atividades meio sustentáveis possuem previsão no art. 7º de seu Estatuto Social, e para que a Fundação faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a mesma cumpre os requisitos abaixo:

- As atividades meio sustentáveis possuem previsão estatutária;
- O Estatuto Social indica que os recursos obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins;
- O Demonstrativo de Resultado do Período da Fundação demonstrou que as atividades meio sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins.

NOTA 29. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu as Resoluções CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 (R1) e a 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

No exercício de 2015 a Fundação recebeu subvenções, convênios e doações, no montante de R\$ 3.394.245,22, que foram reconhecidas e contabilizadas no resultado do período, conforme sua realização, observando o disposto na Resolução do CFC 1.409/12.



ORIGEM	COM RESTRIÇÃO R\$	SEM RESTRIÇÃO R\$
Governo Federal	86.308,63	1.072.457,51
Governo Estadual	1.966.720,83	226.800,00
Governo Municipal	6.862,88	0,00
Pessoas jurídicas	800,00	573.579,18
(-) Devoluções de subvenções e convênios e doações	-232.949,32	-306.334,49
TOTAL – 2015	1.827.743,02	1.566.502,20
TOTAL – 2014	1.815.204,14	972.243,17

b) VERBAS DE PROJETOS A LIQUIDAR

Foram contabilizados no passivo circulante, o montante de R\$ 13.598.031,91, relativo a receita de subvenções e convênios cuja realização de suas despesas correspondentes, ocorrerão após o término do exercício de 2015. Sendo assim distribuídas:

ENTIDADE	R\$
Governo Federal	1.469.527,22
Governo Estadual	12.113.219,83
Governo Municipal	15.284,86
TOTAL – 2015	13.598.031,91
TOTAL – 2014	8.876.229,60

NOTA 30. APLICAÇÃO EM DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com o art.12 da Instrução Normativa nº 113/98 da RFB, a receita obtida com as mensalidades efetivamente recebidas foi aplicada em despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, conforme demonstração a seguir:

DESCRIÇÃO	2015 R\$	2014 R\$
Mensalidades efetivamente recebidas	195.786.153,30	190.008.240,13
Aplicação em despesas com pessoal	177.671.084,89	173.463.205,21
% de aplicação em despesas com pessoal	90,75%	91,29%

NOTA 31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As Outras Receitas Operacionais apresentadas na Demonstração do Resultado do Período estão discriminadas na tabela abaixo:

Descrição	Atividade de Educação R\$	Atividade Meio Sustentável R\$
Alienação de bens permanentes	13.983,59	0,00
Aluguéis de bens permanentes	26.448,00	0,00
Superveniência ativa	149.117,75	0,00
Receitas eventuais	804.595,18	0,00
Receitas com sucatas	0,00	785,91
Cessão de direitos da Folha de pagamento	0,00	456.249,60
Resultado transferência interna	106.323,85	(100.240,33)
TOTAL – 2015	1.100.468,37	356.795,18
TOTAL – 2014	23.942.234,79	417.498,02



NOTA 32. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentadas na Demonstração do Resultado do Período estão discriminadas a seguir:

Descrição	Atividade de Educação R\$	Atividade Meio Sustentável R\$
Manutenção do imobilizado	1.978.444,56	53.291,48
Água e energia elétrica	3.276.561,96	0,00
Transportes terceirizados	1.283.808,26	6.163,94
Despesas de aluguéis	872.771,45	0,00
Publicações e editais	65.192,86	0,00
Recepções e homenagens	102.963,17	102,00
Registros e taxas	2.477.946,42	10.957,99
Prêmios de seguros	143.604,24	1.047,36
Viagens e diárias	514.912,56	12.163,62
Lanches e refeições	460.578,71	1.272,95
Indenizações	409.230,69	0,00
Multas e infrações	7.998,85	0,00
Assessorias, consultorias e auditorias	1.869.968,65	0,00
Taxas IPTU/ICMS	92.641,65	994,58
Despesas de telecomunicações	1.003.427,32	0,00
Despesas de correio	158.801,87	0,00
(-) Recuperação despesa de correio	-2.774,00	-55,43
(-) Recuperação despesa administrativa	-171.370,00	-100,00
Participação em eventos	40.464,27	0,00
Insubstância ativa	137.056,26	0,13
Assinaturas de periódicos	377.327,74	0,00
Despesa Atendimento saúde de alunos	166.409,07	0,00
Despesa Internato acadêmico	67.822,00	0,00
Serviços terceirizados – PJ	595.141,31	90.763,06
Despesa de divulgação e marketing	2.321.917,13	0,00
TOTAL - 2015	18.250.847,00	176.601,68
TOTAL - 2014	26.760.494,65	294.443,36

NOTA 33. RESULTADO DO PERÍODO

O Superávit do período de 2015 no valor de R\$ 4.428.095,51 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que determina que o valor do superávit ou déficit deva ser incorporado ao Patrimônio Social, bem como parte do superávit que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

NOTA 34. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R1). O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Fundação optou foi o indireto. As contas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são: Instituições financeiras de curto prazo, Passivo não circulante e Realizável a longo prazo. As contas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são: Baixa/Alienação de imobilizado, Baixa/Alienação de Intangível, Baixa/Alienação de diferido e Compra de



imobilizado e intangível.

NOTA 35. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente ao Princípio de Contábil de Continuidade.

BEM SEGURADO	2015 R\$	2014 R\$
Veículos	11.771.306,00	12.062.568,00
Prédios	72.500.000,00	72.500.000,00
Equipamentos	159.800,00	104.000,00
TOTAL	84.431.106,00	84.666.568,00

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Fundação, em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 36. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A Fundação Universidade de Passo Fundo é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil.

NOTA 37. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Fundação Universidade de Passo Fundo é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. A imunidade tributária da Fundação é estendida também as contribuições sociais, tendo em vista decisão transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário nº 638.435, em 30 de agosto de 2012.

NOTA 38. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Fundação Universidade de Passo Fundo é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 39. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, e seu cumprimento pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão) no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de



assegurar sua exatidão.

NOTA 40. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC nº 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores da imunidade usufruída pela Entidade no ano de 2014, em cada atividade:

REGISTRO DA DESPESA E OBRIGAÇÃO:

D – Despesa com Contribuições Sociais Usufruídas (Despesa) R\$ 45.130.640,17
C – Contribuições Sociais Patronais Usufruídas (Passivo Circulante) R\$ 45.130.640,17

REGISTRO DA IMUNIDADE USUFRUÍDA E BAIXA NA OBRIGAÇÃO:

D – Contribuições Sociais Patronais Usufruídas (Passivo Circulante) R\$ 45.130.640,17
C – Receita de imunidade das Contribuições Sociais Usufruídas R\$ 45.130.640,17

As contribuições sociais do ano de 2015 não foram contabilizadas, haja vista a inclusão do item 9B na Interpretação Técnica Geral 2002 (R1), em 02/09/2015, pelo Conselho Federal de Contabilidade, onde consta:

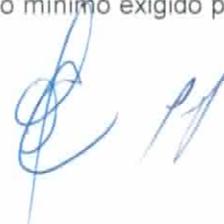
"9B. As imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. "

As contribuições sociais como se devidas fossem, estão discriminadas abaixo:

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	ATIVIDADE EDUCAÇÃO R\$	ATIVIDADE MEIO SUSTENTÁVEL R\$	TOTAL R\$
Contribuição social patronal	29.303.677,21	497.510,06	29.801.187,27
Contribuição social terceiros	6.593.327,37	111.939,77	6.705.267,14
Contribuição social RAT/SAT	1.465.183,86	24.875,51	1.490.059,37
Contribuição social autônomos	403.754,62	1.619,10	405.373,72
Contribuição social cofins	8.454.645,09	271.158,61	8.725.803,70
TOTAL - 2015	46.220.588,15	907.103,05	47.127.691,20
TOTAL - 2014	44.272.741,44	857.898,73	45.130.640,17

NOTA 41. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS

Em atendimento ao art. 13 da Lei 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 a instituição deve conceder uma bolsa integral para cada cinco estudantes pagantes, sendo que poderá computar as bolsas parciais de 50% desde que tenha cumprido no mínimo uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes. Conforme o art. 16 da Lei 12.868/13, considerando a situação atual da Instituição, os critérios a serem adotados para concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS serão os vigentes até a data de publicação desta Lei. Conforme demonstrativo abaixo, a Instituição atendeu ao mínimo exigido pela legislação:



Cálculo 1/5 com bolsas integrais	Ensino Superior	Educação Básica
(+) Alunos matriculados	16.173	751
(-) Alunos convênios governamentais 100%	71	135
(-) Alunos bolsa FUPF Integral	7	0
(-) Alunos bolsa FUPF-Vestibular Social Integral	30	0
(-) Alunos bolsa integral Prouni (Lei 11.096/05)	1.911	
(-) Alunos bolsa educação básica integral (Lei 12.101/09)		107
(=) Total alunos pagantes	14.154	509
Quantidade de alunos necessários (relação 1 bolsista 5 pagantes)	2.831	102
Quantidade de alunos com bolsa integral Prouni/Educação Básica	1.911	107
Saldo de alunos bolsistas 100% - 1/5	-920	5
Cálculo 1/9 com bolsas integrais	Ensino Superior	Educação Básica
Alunos pagantes	14.154	509
Alunos necessários (relação 1 bolsista 9 pagantes)	1.573	57
Alunos com bolsa integral Prouni/Educação Básica	1.911	107
Saldo de alunos bolsistas 100% - 1/9	338	50
Cálculo 1/5 com bolsas parciais	Ensino Superior	Educação Básica
Alunos pagantes	14.154	509
Alunos necessários (relação 1 bolsista 5 pagantes)	2.831	102
Alunos com bolsa integral Prouni / Educação Básica	1.911	107
Alunos com bolsa integral própria FUPF-Vest. Social/FUPF/Social	30	0
Alunos com bolsa parcial Prouni / Educação Básica	2.244	80
Alunos com bolsa parcial própria FUPF-Vest. Social/FUPF/Social	1.846	0
Saldo de alunos bolsistas 100% - 1/5	1.155	45

NOTA 42. CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADES

Por atuar tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica, a Instituição está sujeita a duas normas distintas em relação ao cálculo do seu percentual de Gratuidade. Isto porque as IES – Instituições de Ensino Superior são regidas, nesse aspecto, pela Lei Nº 11.096/05 (Lei do PROUNI), ao passo que as Instituições de Educação Básica são regidas pelas determinações da Lei Nº 12.101/09.

Portanto, a determinação do percentual de Gratuidade requer a apresentação de dois cálculos distintos, sendo uma pela Lei Nº 11.096/05 (Ensino Superior) e outra pela Lei Nº 12.101/09 (Educação Básica). Tanto uma norma quanto a outra determinam que as Entidades Beneficentes de Assistência Social devem conceder aos seus alunos, no caso das entidades de educação, um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) de sua receita efetivamente recebida.

Considerando como base legal as Leis Nº 11.096/05, 12.101/09, e 12.868/13, em 2015 a Instituição apresenta o seguinte resultado de investimento em bolsas de estudos:



Aplicações R\$	Ensino Superior	Educação Básica
Bolsas Prouni integrais (Lei 11.096/05)	29.521.875,25	-
Bolsas Prouni parciais (Lei 11.096/05)	14.706.136,32	-
Bolsas Próprias integrais e parciais (Lei 12.101/09)	10.575.840,13	-
Bolsas Educação Básica integrais (Lei 12.101/09)	-	786.435,83
Bolsas Educação Básica parciais (Lei 12.101/09)	-	292.718,05
Total das Gratuidades Educacionais – 2015	54.803.851,70	1.079.153,88
Total das Gratuidades Educacionais – 2014	50.336.547,55	760.623,91

NOTA 43. OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei Nº 12.101/09 e o art. 37 do Decreto Nº 7.237/10, a Fundação realizou o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>).

A Instituição mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO - Censo Escolar da Educação Básica e do E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida, e como consequência, por elas regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e o artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente, na forma do artigo 214 da Constituição Federal, bem como atendeu aos padrões mínimos de qualidade exigidos pelos processos de avaliação do MEC.

Passo Fundo - RS, 31 de dezembro de 2015



Maristela Capacchi

Presidente do Conselho Diretor da FUPF
CPF 440.439.450-00



Amândio Cavalcanti Júnior
Contador CRCRS 55439/0-7